

# Programa de Formação Permanente

2016 Revitalização y discernimento

## 5. Nova Evangelização e reestruturação da Ordem





## NOVA EVANGELIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O propósito deste ensaio é mostrar os vínculos estreitos que existem entre o projeto eclesial da nova evangelização e o projeto institucional da reestruturação da Ordem. Por conseguinte, propomo-nos indicar que o modo de assumir a tarefa da nova evangelização, o marco grande e universal em que se desenvolve a vida da Ordem, implica realizar a obra da reestruturação.

O projeto da reestruturação é comum a muitos outros institutos religiosos. Embora, presumivelmente, em cada instituto, tenha seus peculiares acentos, a palavra ‘reestruturação’ é termo corrente nos institutos de vida consagrada. Tão somente esse fato permite intuir que a reestruturação é um esforço enquadrado na convocatória que os Sumos Pontífices pós-conciliares, as assembleias sinodais e as conferências episcopais regionais têm feito à Igreja universal, a que emprenda uma nova evangelização.

Destacar o vínculo entre os dois processos ou projetos não só permite contextualizar os processos de reestruturação dos institutos religiosos dentro do

---

<sup>1</sup> Mons. Mario Alberto Molina, Arzobispo de Los Altos, Quetzaltenango-Totonicapán, respondió con gentileza y celeridad a la petición del Instituto de Espiritualidad e Historia de la Orden en abril de 2014. A pesar de estos dos años transcurridos, sus interpelaciones como pastor y hermano guardan una inusitada vigencia para replantear nuestras presencias en la misión evangélica.

horizonte das dinâmicas pastorais da Igreja universal, mas ajuda também a visualizar as raízes evangélicas, eclesiais e pastorais da reestruturação. Desse modo, a reestruturação não se restringirá a assuntos periféricos e os membros dos institutos religiosos poderão compreender que uma das formas de assumir o chamado à nova evangelização traz consigo considerar seriamente o projeto de reestruturação, e que assumir as iniciativas de reestruturação pode significar entrar na dinâmica da nova evangelização ou, pelo contrário, resistir às obras de reestruturação pode ser um sinal de resistência à convocatória à nova evangelização.

A nova evangelização é fruto direto do Concílio Vaticano II. Esse Concílio foi convocado com a finalidade de “atualizar” (*aggiornare*, conforme o termo empregado pelo Papa João XXIII) a Igreja, para que esta pudesse continuar a cumprir a sua missão e tarefa de sempre nas novas condições culturais, sociais e políticas do mundo contemporâneo. Ainda que o termo ‘nova evangelização’ apareça com João Paulo II, pelo menos uns 15 anos depois do encerramento do Concílio<sup>2</sup>, todas as definições e descrições que dele se têm dado, desde a primeira, fazem referência à necessidade de renovar alguns aspectos da missão da Igreja em consideração às transformações culturais e sociais que caracterizam a nova época em que vivemos.

Em outras palavras, as motivações que induziram o Papa João XXIII a convocar o Concílio são, no fundo, as mesmas que motivaram os Papas pós-conciliares a convocar a uma nova evangelização. É compreensível que a consciência das mudanças culturais e sociais se tenha feito mais aguda com o tempo e que se tenha apurado o diagnóstico, como também é de esperar que as respostas a ditas mudanças se tenham especificado e visualizado de forma mais pertinente. Há, contudo, uma indiscutível linha de continuidade entre aquelas inquietudes de princípios de 1959, quando se convocou o Concílio, e as propostas atuais de nova evangelização e de reestruturação.

Parece, apesar disso, que a reestruturação assumida por muitos institutos de vida consagrada seria motivada por outras circunstâncias. A reestruturação tem-se vinculado às vezes com desafios mais de tipo administrativo. A redução do número de membros dos institutos de vida consagrada tem obrigado muitos deles a fechar ministérios, a fundir províncias para assumir melhor os desafios pastorais, a concentrar as casas de formação com o objetivo de maximizar recursos

---

<sup>2</sup> Propuseram-se diversos momentos e autores para sinalizar o primeiro uso da expressão. Pode-se identificar, entretanto, o discurso do Papa João Paulo II à assembleia geral do Conselho Episcopal Latino-Americano aos 9 de março de 1983, ao término de sua visita à América Central, como o momento em que a expressão passa a utilizar-se de maneira programática, consciente e com uma tentativa de descrição de seu alcance (cf. [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1983/march/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19830309\\_assemblea-celam.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1983/march/documents/hf_jp-ii_spe_19830309_assemblea-celam.html)).

humanos. Todas essas medidas são, em muitos casos, necessárias e até urgentes; em certos casos, talvez sejam inclusive o primeiro passo em direção ao fundo dos problemas. A palavra ‘reestruturação’ tem, porém, um alcance maior e refere-se a questões que estão para além do administrativo.



*A reestruturação é um esforço enquadrado na convocatória que os Sumos Pontífices pós-conciliares, as assembleias sinodais e as conferências episcopais regionais têm feito à Igreja universal, a que empreenda uma nova evangelização.*

Teríamos de colocar a palavra ‘reestruturação’ em relação com os esforços realizados por todos os institutos depois do Concílio, antes que a palavra cobrasse vigência, para adequar a vida consagrada aos novos tempos e culturas por meio de uma recuperação de seu carisma original no contexto das necessidades da Igreja no presente. Sem dúvida, os aspectos administrativos são uma dimensão da reestruturação, mas limitar-se a eles ou empreender as reformas administrativas sem as dinâmicas de conversão espiritual e pastoral requeridas pela nova evangelização, é esquivar-se do trabalho, permanecer na superfície das coisas e sujeitar-se ao fracasso de uma obra puramente técnica e sem consistência espiritual.

Logo depois do Concílio Vaticano II, e como aplicação de suas constituições e decretos, a Santa Sé promoveu nos institutos de vida consagrada uma série de reformas, que bem poderiam considerar-se esforços de reestruturação com vistas a

uma atualização segundo o espírito conciliar. Deve-se pensar que os esforços mais genuínos de reestruturação foram os que mais diretamente tiveram a ver com as propostas conciliares, tais como o redescobrimto do carisma fundacional e os estudos históricos e teológicos para esclarecê-lo, a redação de novas constituições, a reconsideração dos planos de formação de seus membros e a programação de cursos e oficinas de formação permanente. Esta foi a experiência dos agostinianos recoletos.

Essas ações, entretanto, não tocaram decisivamente os religiosos, nem provocaram os processos de conversão e de crescimento espiritual na amplitude, profundidade e integridade que correspondem ao esforço realizado. Obtiveram-se efeitos e consequências muito desiguais e insuficientes para frear os processos de secularização interna das comunidades e revitalizar o teor de vida religiosa dos membros; para frear a deserção dos jovens religiosos passados poucos anos de sua profissão ou ordenação; para suscitar vocações duradouras; para devolver à ação pastoral a alegria do Evangelho.

### **O CARISMA DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS, IMPULSO DE NOVA EVANGELIZAÇÃO**

Para quem vê as coisas superficialmente, a convocatória à nova evangelização por parte da Igreja e a convocatória para que a Ordem entre num processo de reestruturação podem ser entendidas como dois chamados contrapostos ou, pelo menos, paralelos. Pode-se pensar que um anula o outro. A reestruturação parece centrar-se na instituição, em seus problemas internos; ao passo que a nova evangelização é um chamado a sair, a deixar as seguranças, a alcançar as periferias. A nova evangelização seria um projeto da Igreja universal e nos poria no contexto do horizonte eclesial global; a reestruturação nos encolheria, por sua vez, no micro-horizonte institucional.

Mas não é assim. O fundo da reestruturação, para além dos aspectos administrativos e organizativos, tem a ver com a tarefa de reassumir o carisma fundacional do instituto. Os outros aspectos mais superficiais terão sentido e vitalidade somente na medida em que forem animados por uma revitalização da identidade institucional. Penso que, para conectar as preocupações da reestruturação com as exigências da nova evangelização e mostrar assim a pertinência da reestruturação como nossa maneira de assumir a nova evangelização, faz-se necessário ler os próprios traços carismáticos à luz das características próprias da nova evangelização e comprovar assim sua peculiar afinidade. Neste último exercício, pode ajudar-nos a tomada de consciência de que os traços principais de nosso carisma são tão fundamentais e próprios da vida cristã, que pertencem também aos elementos próprios da nova evangelização. De

modo que revitalizar o carisma que nos dá identidade é, de fato, entrar no projeto da nova evangelização.

O carisma e a espiritualidade da Ordem, tal como desenvolvidos na reflexão teológica e histórica, fixaram-se nalguns traços da teologia agostiniana, que serviram a Agostinho para articular sua teologia monástica e espiritual. Agostinho é um Padre da Igreja; pertence àquela época da Igreja que gerou a primeira reflexão e expressão da doutrina da fé. Não deve surpreender, portanto, que sua teologia monástica e espiritual tenha vínculos estreitos e claros com a eclesiologia e com a antropologia teológica geral. Esta radicação no fundamental faz que dita teologia tenha valor perene através dos séculos e que suas propostas iluminem não só a vida consagrada, mas também a vida cristã do povo de Deus em geral.

Muitas vezes, falhamos em mostrar os vínculos estreitos que existem entre os traços de nossa espiritualidade e o processo de renovação da Igreja em geral. A renovação e reestruturação da Ordem são nossa forma de assumir o chamado à nova evangelização e nossa contribuição específica com a vida da Igreja, a serviço da sociedade. Na medida em que ficar oculta essa dimensão do esforço, perder-se-á uma motivação para assumi-lo com sentido de responsabilidade e pertinência.

Na reflexão que segue, desejo deter-me nalguns traços da espiritualidade agostiniana que são parte da espiritualidade cristã em geral e elementos essenciais da nova evangelização. O capítulo 1 das *Constituições* destaca três traços constitutivos do carisma agostiniano recoleto: o caráter contemplativo, o caráter comunitário e o caráter apostólico. Nesse mesmo capítulo, as *Constituições* acrescentam um quinto artigo sobre a Virgem Maria, que parece ser o bem conhecido apêndice mariano, típico dos documentos eclesiais. Penso que existe ali algo mais que devoção e piedade. Na evocação da Virgem Maria, alude-se a uma característica da teologia agostiniana, que é fundamento, também, da teologia monástica: o caráter gratuito da vocação cristã e da ação pastoral.

Pode-se pensar que, ao ‘reduzir’ o peculiar agostiniano ao geral cristão, estou a dissolver o carisma próprio da Ordem na vastidão indiferenciada da espiritualidade comum. Na verdade, porém, nenhum instituto pode propor e ter como carisma próprio um traço que não pertença ao patrimônio comum da espiritualidade cristã. A diferença estará fundamentalmente na intensidade ou nas maneiras como os membros do instituto assumem e vivem essa característica comum. Por isso, considero legítima a reflexão que proponho a seguir, na qual mostro que os traços do carisma recoleto são as componentes essenciais da nova evangelização.

As *Constituições* utilizam-se, na descrição desses traços carismáticos, de expressões tomadas das obras de Santo Agostinho, no intuito de mostrar a raiz agostiniana do carisma. Às vezes, essa linguagem pode impedir que se veja aí um

conteúdo totalmente contemporâneo, a situar-nos, como instituto religioso, no âmbito da pertença eclesial. Por isso, vou tecer uma reflexão sobre eles, não a partir dos textos agostinianos, e sim de textos básicos da nova evangelização: o Documento de Aparecida (DA) e a Exortação apostólica *Evangelii gaudium* (EG).



*O fundo da reestruturação, para além dos aspectos administrativos e organizativos, tem a ver com a tarefa de reassumir o carisma fundacional do instituto. Os outros aspectos mais superficiais terão sentido e vitalidade somente na medida em que forem animados por uma revitalização da identidade institucional.*

## **A CONTEMPLAÇÃO NA ORIGEM**

“Entra em ti mesmo”: é a orientação que escuta, desde o primeiro dia, quem se aventura no caminho da espiritualidade agostiniana. Se essa frase não for contextualizada, porém, se não for ampliada, pode levar a um ensimesmamento improdutivo, a um isolamento estéril. Este não é um perigo hipotético, mas uma enfermidade real, que afeta pessoas espirituais, mas arredias; pessoas de oração, mas sempre ocupadas com suas próprias coisas.

A orientação da interioridade tem em vista o encontro com Deus. É um chamado a sair de si mesmo em direção a Deus, que está para além. A saída para o encontro com Deus não pode ser a distração, o esquecimento de si, mas esse encontro com Deus há de produzir-se a partir da consciência de si mesmo. Por isso, o caminho cristão — e não só agostiniano — para Deus, passa pela

interioridade, não para ficar em si mesmo, mas para sair, para transcender-se e situar-se diante de Deus, projetar-se em direção a Deus e entender-se a partir de Deus.

O Deus em direção ao qual saímos através da interioridade é também um Deus que saiu de Si mesmo em direção ao que não é Deus, em direção à criação, à humanidade, através de Seu Verbo. É um Deus também em saída através de Si mesmo em direção a nós. É um Deus que saiu até nós em Seu Verbo encarnado, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, e tornou assim possível nosso encontro com Ele.

Vem à mente aquela frase do Papa Bento XVI que o Documento de Aparecida cita duas vezes e a Exortação *Evangelii gaudium* menciona uma vez, frase esta que se encontra em sua primeira Encíclica, *Deus caritas est*, 1:

Ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo. (...) o amor já não é apenas um « mandamento », mas é a resposta ao dom do amor com que Deus vem ao nosso encontro<sup>3</sup>.

O fato de ambos os documentos citarem esse texto de Bento XVI, para confirmar que a experiência cristã tem início com um encontro pessoal com Deus em Cristo, significa que estamos ante uma declaração que aponta para um acontecimento fundamental na existência cristã.

De fato, o caminho cristão não consiste em seguir uma doutrina teológica, um ensinamento moral, certos ritos religiosos ou técnicas de oração e espiritualidade. O caminho cristão nasce de um encontro com Jesus, que abre para a pessoa um novo horizonte, a partir do qual ela pode compreender-se a si mesma, seu propósito de vida e o sentido de sua existência e de seu fim. Os elementos doutrinários, os empenhos morais, os ritos religiosos e as disciplinas espirituais e métodos de oração são consequências ou, talvez, também subsídios para enriquecer, assimilar e desenvolver aquela experiência religiosa da origem. Essa palavra ‘origem’ não deve ser entendida só num sentido cronológico, como se se tratasse de uma experiência localizada no início do caminho cristão apenas, mas num sentido fundacional, como experiência permanente em que se sustentam, ao longo da vida, todas as manifestações da fé, da esperança e do amor cristãos.

Podemos entender e contextualizar o caráter contemplativo do carisma agostiniano à luz dessa declaração de Aparecida ou da *Evangelii gaudium*? Não só podemos, como devemos, a fim de mostrar que esse caráter contemplativo do carisma agostiniano é traço da vida cristã que nós mesmos somos chamados a desenvolver, como cristãos agostinianos recoletos, e a ajudar outros a descobrir.

<sup>3</sup> No Documento de Aparecida, o texto é citado explicitamente duas vezes, nos números 12 e 243; e na Exortação *Evangelii gaudium*, uma vez, no número 7. Em ambos os casos, trata-se de passagens que aludem ao início da experiência cristã.

Quando o Documento de Aparecida descreve o itinerário formativo dos discípulos missionários, põe como ponto de partida da existência cristã o encontro com Jesus Cristo: “O acontecimento de Cristo é, portanto, o início desse sujeito novo que surge na história e a quem chamamos discípulo” (DA 243, e o texto continua com a citação de Bento XVI). O mesmo faz o Papa Francisco na *Evangelii gaudium*. Ao falar da alegria cristã como fruto da aceitação do Evangelho, da alegria como experiência de boa-nova que há de ser comunicada aos demais, ele mostra que o fundamento dessa alegria é o amor de Deus que nos foi manifestado em Cristo e que, portanto, o encontro com Ele está na base da experiência cristã (cf. EG 7).

O que é o encontro com Cristo? Como é propiciado e favorecido? Em que medida é um critério válido para interpretar a vocação contemplativa do agostiniano recoleto?

O Papa Bento XVI diz claramente o que não é. Não consiste em conhecer uma ideia, em aprender uma doutrina, não é o descobrimento de uma máxima ética, nem sequer consiste em conhecer a biografia e demais dados históricos sobre Jesus. Trata-se de um encontro pessoal com Jesus Cristo ressuscitado “que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo”.

Como é possível esse encontro? Da parte humana, graças à capacidade de interiorização que a pessoa tem e à capacidade de sair de si mesma em direção aos outros e ao horizonte da transcendência. O Documento de Aparecida identifica diversas mediações que tornam possível o encontro com Jesus (cf. DA 246-265). Essas mediações não são opções alternativas, mas complementares. Todo cristão deve valer-se de todas elas para fortalecer seu encontro com o Senhor.

Em primeiro lugar, menciona a fé da Igreja, não como mediação, mas como o âmbito próprio para aquela peculiar experiência que dá origem à fé e a fortalece, a saber, o encontro com Jesus. Esse é um acontecimento pessoal, mas não é privado, porque tem lugar no âmbito comunitário e eclesial. A fé da Igreja, seja a Igreja na comunidade paroquial, seja a Igreja na comunidade religiosa, é o clima que torna possível o encontro com Jesus. A fé da Igreja é o horizonte que se abre ao fiel por meio do encontro com Jesus. Por isso mesmo, não é possível iniciar o caminho cristão, quer na vida paroquial, quer na da comunidade religiosa, se a paróquia ou a comunidade religiosa mais se parecem com um centro de administração de atividades pastorais, do que com uma comunidade de fé. Um dos grandes desafios da nova evangelização consiste precisamente em superar o clima secularizado que invadiu, com maior ou menor intensidade, as várias formas de comunidades eclesiais e que levou à privatização ou ao ocultamento das expressões de fé.

No âmbito da fé da Igreja, a primeira mediação que torna possível o encontro com Jesus é o Evangelho, seja o Evangelho escrito, seja o Evangelho anunciado,

explicado e transmitido na Igreja. Nos Evangelhos escritos, encontramos o testemunho original e normativo acerca de Jesus. Mas os Evangelhos adquirem vida quando se leem e se entendem, quando se explicam e se vivem no contexto do testemunho da fé dos que creem, dentro da Igreja. Nesse clima, é possível aquela abertura à transcendência que tem como referência, não uma força cósmica impessoal, mas o rosto de uma Pessoa, Jesus, e através de Jesus, o do Pai misericordioso. Pois diz Jesus: “Quem me vê, vê o Pai” (Jo 14, 9). O que se descobre no rosto e na vida de Jesus é o testemunho do amor do Pai.

Repetidas vezes, o Papa Francisco, na Exortação *Evangelii gaudium*, aponta o descobrimento do amor de Deus como sendo o núcleo do Evangelho, o ponto de partida da vida cristã:

Somente graças a esse encontro — ou reencontro — com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos, quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro (EG 8).

Esse encontro não é, por certo, uma experiência psicológica que possa ser induzida através de técnicas, mas pode propiciar-se através do testemunho de uma comunidade que vive a partir dessa experiência renovadora, e através do testemunho de pessoas que, com suas atitudes, mostram que se entendem e agem a partir da consciência do amor compassivo de Deus, que Se manifestou em Cristo.

A segunda mediação importante para o encontro com Jesus é a Sagrada Liturgia. No caminho do cristão e do religioso, os dois sacramentos que sustentam o itinerário são o sacramento da Reconciliação e o da Eucaristia. O sacramento da Reconciliação prolonga ao longo da vida o encontro com o Pai misericordioso que fez possível a conversão primeira do Batismo. O sacramento da Reconciliação nos convoca a continuar caminhando para Ele, apoiados em Jesus, apesar das falhas, das infidelidades, dos desânimos e das dúvidas. O sacramento da Eucaristia é, por excelência, o sacramento do encontro com Cristo Ressuscitado que nos fala em Sua Palavra lida, escutada e explicada, e nos alimenta por meio das espécies eucarísticas, criando comunhão de vida conosco, ao fazer-nos parte de Seu Corpo.

Como parte da Sagrada Liturgia, menciona-se também a oração, especialmente a celebração da Liturgia das Horas na presença do Santíssimo Sacramento, exercício pontual de uma atitude de vida: a de viver sempre na presença de Deus, com a consciência de que devemos agradá-I’O em tudo o que fazemos.

À mediação da liturgia pode-se acrescentar a da religiosidade popular que, nalguma de suas manifestações e para algumas pessoas, é verdadeira experiência renovada do encontro com Deus. A intensa e emotiva descrição da peregrinação ao santuário, no número 259 do Documento de Aparecida, é um testemunho eloquente dessa mediação.

Finalmente, o DA 257 menciona os pobres como mediação do encontro com Jesus Cristo. Quem vive na fé da Igreja, conhece Jesus pelo Evangelho e está unido a Ele pelos sacramentos e pela oração, encontra-se com Ele também no serviço ao próximo necessitado e pobre e, por sua vez, o pobre vê no irmão que lhe estende a mão, o rosto misericordioso do Pai.

Se alguém ler os números de 8 a 13 das *Constituições* dos agostinianos recoletos, constatará que essas mesmas coisas se dizem com outras palavras, às vezes de forma mais abreviada, de modo que o fundamento inicial de nossa espiritualidade e de nosso carisma vem a ser o grande ponto de partida da nova evangelização. Só que a proposta da nova evangelização traz à nossa consciência o contexto de uma cultura globalizada e secularizada em que, agora, se localiza esse encontro com Deus através de Jesus.

Uma revitalização de nosso carisma contemplativo exige enquadrá-lo no contexto cultural e social atual. Somos chamados a encontrar-nos com Deus para deixar-nos transformar por Ele e pelo encontro com Jesus Cristo no contexto da cultura secularizada, da cultura do imediato e fugaz, que renunciou à visão ampla e profunda que dá sentido duradouro à vida. Ser contemplativos não é privilégio dos consagrados, é o ponto de partida do fiel que, com a opção da fé, mostra a possibilidade de construir-se, de deixar-se construir como pessoa e de construir a comunidade humana a partir de um ponto diferente do que é proposto pela cultura circundante.

A contemplação não se esgota em si mesma, mas desencadeia uma forma de vida pessoal e comunitária, e se orienta à comunicação. Em suma, a contemplação concebida como encontro com Cristo tem duas consequências: a formação da Igreja como comunidade de discípulos e o impulso missionário que os move a dar testemunho de Jesus. A contemplação gera alegria, a alegria de ter encontrado sentido e propósito duradouro para a vida pessoal, o empenho moral, o esforço por viver com outros em comunidade. A contemplação tem em si mesma uma dinâmica missionária, evangelizadora e eclesial, pois quem encontrou Cristo, deseja compartilhar essa experiência com outros, e reconhecer no outro o irmão, filho do mesmo Pai, para ser Igreja de Deus.

## **A FORMA ECLESIAL**

Quando perguntam a um agostiniano recoleto qual é o carisma de seu instituto, a primeira resposta que lhe vem à mente é que nosso carisma é a vida comunitária, porque esse é o propósito que a *Regra* de Santo Agostinho indica como objetivo primordial da consagração religiosa: “O primeiro por que vos congregastes em comunidade é para que habiteis unânimes na casa, e tenhais uma só alma e um só coração dirigidos para Deus” (*reg.* 1, 2). Esse propósito é reforçado ainda mais

pela introdução da *Regra*: “Antes de tudo, irmãos caríssimos, seja Deus amado e depois, também o próximo, porque esses são os preceitos que principalmente nos foram dados”.

Se prestarmos mais atenção, contudo, nas referências bíblicas implícitas nos textos da *Regra*, veremos claramente que Agostinho alude a passagens que falam da vida da Igreja e do cristão. Segundo os Atos dos Apóstolos, a característica principal da comunidade original de Jerusalém era que “a multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum” (At 4, 32). “Um só coração e uma só alma”: ao que Agostinho, a partir de sua eclesiologia, acrescenta com acerto: “dirigidos para Deus”.

Afirma-se com frequência que a eclesiologia articulada na Constituição *Lumen gentium*, do Concílio Vaticano II, é uma eclesiologia de comunhão. O que isso quer dizer? Quer dizer que, nessa Constituição, a Igreja apresenta-se a si mesma “como o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1). A Igreja tem o propósito de propiciar a união de cada fiel com Deus e, por conseguinte, de ser o instrumento por meio do qual se realiza a união de toda a humanidade consigo mesma, em Deus.

A Igreja não é a mera agregação dos que pensam de igual maneira, como pode ser uma escola filosófica ou um partido político. Essas são agrupações que surgem da vontade dos que as constituem. A Igreja, pelo contrário, é a congregação dos que foram tocados pela iniciativa salvífica de Deus de unir em Si mesmo cada pessoa e a humanidade inteira. A Igreja é a congregação dos que se encontraram com Cristo na experiência contemplativa que funda a fé cristã e, por mediação de Cristo, experimentaram o amor do Pai por meio do dom do Espírito Santo infundido em seus corações:

Tendo sido, pois, justificados pela fé, estamos em paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por quem tivemos acesso, pela fé, a esta graça, na qual estamos firmes e nos gloriamos na esperança da glória de Deus. (...) E a esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5, 1-2.5).

A teologia que está na base do carisma comunitário dos agostinianos recoletos é essa eclesiologia de comunhão que cria fraternidade missionária. Os parágrafos iniciais do capítulo 5 do Documento de Aparecida podem ser lidos como um comentário aos números de 14 a 22 das *Constituições dos Agostinianos Recoletos*:

Jesus, no início de Seu ministério, escolhe os doze para viver em comunhão com Ele. Também hoje o encontro dos discípulos com Jesus na intimidade é indispensável para alimentar a vida comunitária e a atividade missionária (154). Os discípulos de Jesus são chamados a viver em comunhão com o Pai e com Seu Filho morto e ressuscitado, na ‘comunhão do Espírito Santo’. O mistério da Trindade é a fonte, o modelo e a meta do mistério da Igreja. A comunhão dos fiéis e das Igrejas locais do povo de Deus se sustenta na comunhão com a Trindade (155). A vocação ao discipulado missionário é con-vocação à comunhão em Sua Igreja. Não há discipulado sem comunhão. Isso significa que uma

dimensão constitutiva do acontecimento cristão é o fato de pertencer a uma comunidade concreta na qual podemos viver uma experiência permanente de discipulado e de comunhão com os sucessores dos Apóstolos e com o Papa (156). A evangelização é um chamado à participação da comunhão trinitária (157).

A comunidade religiosa de agostinianos é uma igreja celular, uma pequena comunidade eclesial, cujas dinâmicas internas são as mesmas que articulam a Igreja em geral. A fraternidade comunitária não é de espécie diferente, nem se funda em realidades teológicas diferentes das que constituem a fraternidade dos filhos de Deus na Igreja. A comunidade eclesial se congrega para a escuta da Palavra de Deus, a que responde com a oração; encontra o fundamento de sua comunhão na Eucaristia; partilha na solidariedade os bens materiais; abre-se ao mundo em atitude de serviço missionário para infundir na sociedade a dinâmica do Reino de Deus.

Penso que muitas de nossas comunidades religiosas estão à frente de paróquias urbanas ou rurais, em construção ou já constituídas. Pergunto-me até que ponto nós entendemos e vivemos a comunidade religiosa como comunidade eclesial donde germina a comunidade eclesial mais ampla da paróquia. Qual é a articulação operativa entre nosso empenho para formar entre nós uma comunidade e nosso empenho missionário para que os discípulos de Jesus, sob a nossa guia pastoral, sejam também uma comunidade eclesial?

Numa sociedade marcada pelo individualismo, pela desagregação, pela solidão, pela falta de solidariedade, a comunidade religiosa e cada um de seus membros têm a missão de transmitir aquilo que nos esforçamos para construir entre nós mesmos, a fim de ampliar a fraternidade para fora da comunidade. A proposta suscita não poucas perguntas práticas: Como se pode manter a identidade ante o risco da dispersão? Como se pode manter o espaço próprio da comunidade sem que se converta em isolamento? Como fazer com que a comunidade seja acolhedora em relação aos que estão fora e solidária para com seus próprios membros? Essas perguntas, porém, devem ser respondidas, em cada caso, com a criatividade missionária e a acolhida eclesial.

Esse fundamento eclesiológico da natureza comunitária de nosso carisma pareceu-me sempre a contribuição mais pertinente que podemos dar à tarefa da nova evangelização, para construir a Igreja de Jesus Cristo. Ao mesmo tempo, entretanto, parece-me também que se trata do traço mais descuidado como parte de nossa projeção missionária, ao não termos em claro a articulação entre o que somos e o que somos chamados a fazer como evangelizadores.

Com o olhar direcionado ao capítulo 1 da Constituição *Lumen gentium*, podemos fazer um breve resumo das características eclesiais da comunidade religiosa. Em primeiro lugar, a comunidade se entende sempre a partir de Deus. É o Pai que tem um desígnio de amor e salvação, que se desdobrou na história da

humanidade. Nesse desígnio é que se entendem o chamado à vida cristã e a vocação à vida religiosa, que cada um recebe; nesse desígnio, também se entende a vida da comunidade como congregação dos que foram chamados por Deus a ser Seu povo santo. Deus realizou esse chamado por meio de Jesus Cristo, que anunciou e semeou com Sua pregação e Seus milagres, com Sua morte e ressurreição, a semente do Reino de Deus, que originou a Igreja.

Nossa inserção na Igreja realiza-se para nós através da comunidade religiosa. Essa comunidade não é uma Igreja paralela ou isolada, mas a forma concreta da Igreja para nós, a partir da qual, pela comunhão no Corpo de Cristo e no Espírito Santo, estamos unidos à Igreja universal, que também se faz presente na Igreja particular e na comunidade paroquial em que vive a nossa comunidade. O Espírito Santo é o dom de Cristo Ressuscitado, pelo qual Ele nos comunica a vida nova, a salvação obtida em Seu mistério pascal. O Espírito Santo santifica-nos, comunica-nos a vida nova que torna possível o amor a Deus e ao próximo, o mandamento que principalmente nos foi dado. No Espírito Santo, fazemo-nos irmãos, possuímos tudo em comum e unimos nossos corações em Deus. É assim como o fundamento trinitário da Igreja universal se manifesta como fundamento teológico da forma eclesial da nossa comunidade de fé.



*Nossa inserção na Igreja realiza-se para nós através da comunidade religiosa. Essa comunidade não é uma Igreja paralela ou isolada, mas a forma concreta da Igreja para nós, a partir da qual, pela comunhão no Corpo de Cristo e no Espírito Santo, estamos unidos à Igreja universal.*

## O EMPENHO MISSIONÁRIO

As *Constituições* falam do ‘caráter apostólico’ da Ordem. A palavra ‘apostólico’ sofreu como que uma especialização técnica. É cada vez menos utilizada para referir-se à atividade evangelizadora, pastoral e missionária da Igreja e dos cristãos. Reserva-se de preferência para designar a natureza da Igreja e do episcopado, como sinal da autenticidade eclesial. O que as *Constituições* designam, porém, como caráter apostólico não é senão o impulso missionário que surge da contemplação. De fato, na articulação que o *Documento de Aparecida* e a *Evangelii gaudium* fazem entre contemplação e missão, a missão é consequência ineludível e até o sinal da autenticidade da experiência contemplativa. O impulso missionário é a contrapartida e o complemento da atitude contemplativa.

Normalmente, no imaginário comunitário, contemplação e missão contrapõem-se como formas de vida. Se você é contemplativo, não pode ser missionário, e se é missionário, não pode ser contemplativo, é o que se diz. A vida apostólica e missionária não deixa tempo para rezar. A essa conclusão falsa se chega, talvez, por algumas expressões do próprio Agostinho, que contrapõe a vida monástica à vida ativa, e considera os monges como os que têm tempo para dedicar-se às coisas do Senhor. Tomou-se, por conseguinte, a clausura monástica como forma de vida própria dos que se dedicam à contemplação.

O mesmo Agostinho, contudo, em meio a suas múltiplas ocupações pastorais, nunca deixou de ser contemplativo, e nenhum dos santos pastores e missionários, sumamente ativos, abandonou a atitude contemplativa em sua vida. Além do mais, uma mulher de vida de clausura, Santa Teresa do Menino Jesus, é a padroeira das missões e dos missionários. Devem-se, portanto, desarmar certos preconceitos transmitidos pelo costume e pelos mal-entendidos. O impulso missionário nasce da atitude contemplativa e alimenta-se da constante contemplação do Senhor e das coisas do Senhor. Uma coisa é a atitude contemplativa, outra a vida de clausura, a vida monacal. É falso identificar uma com a outra.

A vida de clausura ou monástica tem outras motivações e propósitos. A vida de clausura ou monástica tem o propósito de viver a dimensão escatológica da existência cristã, como uma maneira peculiar de presença evangelizadora neste mundo, que põe em evidência a transitoriedade do mundo atual. A contemplação, porém, como experiência do encontro com o Senhor, está na origem de ‘toda’ forma de vida cristã, especialmente na daqueles que estão particularmente empenhados nalguma forma especial de evangelização e missão. Todo cristão deve ser contemplativo, tanto o leigo que vive no mundo para transformar as realidades temporais de acordo com as dinâmicas próprias do Reino de Deus, como o religioso ou a religiosa, dedicados às múltiplas formas do serviço da caridade, como o sacerdote missionário ou pastor de uma paróquia, como

também, é claro, os monges e as monjas que levam uma peculiar forma de vida na clausura.

A contemplação é a origem, o manancial donde brota a espiritualidade e o testemunho. Não é concebível que um evangelizador e missionário pretenda exercer seu ministério privando-se da fonte que o alimenta, que é a contemplação. Isso vale para o religioso, para o padre secular e para o leigo dedicado ao testemunho evangelizador. Portanto, missão e contemplação não se podem contrapor, como se uma roubasse o tempo da outra. Missão e contemplação devem integrar-se, a ponto de chegar-se a uma convicção, a saber, uma atividade missionária sem contemplação perderia o ardor que a nutre e uma contemplação sem missão cairia sob a suspeita de inautenticidade, pois não é possível calar a alegria do encontro com o Senhor.

Quem descobriu a alegria do encontro e do trato com o Senhor, e dela se alimenta, não pode senão comunicá-lo aos demais. É algo espontâneo, singelo, próprio do encontro de cada dia. O Papa Francisco o expressa deste modo na *Evangelii gaudium*:

Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução de sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações. A nova evangelização deve implicar um novo protagonismo de cada um dos batizados. Esta convicção transforma-se num apelo dirigido a cada cristão, para que ninguém renuncie ao seu compromisso de evangelização, porque, se uma pessoa experimentou verdadeiramente o amor de Deus que a salva, não precisa de muito tempo de preparação para sair a anunciá-lo, não pode esperar que lhe deem muitas lições ou longas instruções. Cada cristão é missionário na medida em que se encontrou com o amor de Deus em Cristo Jesus; não digamos mais que somos ‘discípulos’ e ‘missionários’, mas sempre que somos ‘discípulos missionários’. Se não estivermos convencidos disto, olhemos para os primeiros discípulos, que logo depois de terem conhecido o olhar de Jesus, saíram proclamando cheios de alegria: ‘Encontramos o Messias’ (Jo 1, 41). A Samaritana, logo que terminou o seu diálogo com Jesus, tornou-se missionária, e muitos samaritanos acreditaram em Jesus ‘devido às palavras da mulher’ (Jo 4, 39). Também São Paulo, depois do seu encontro com Jesus Cristo, ‘começou imediatamente a proclamar (...) que Jesus era o Filho de Deus’ (At 9, 20). Por que esperamos nós? (EG 120)

O que o cristão transmite quando é missionário? Transmite o que ele é, sua atitude de vida, sua maneira de ser. Transmite a alegria de saber que Deus nos ama, ilumina nossas vidas e nos reconhece como filhos Seus e, portanto, transmite a convocatória a que nos tratemos e acolhamos como irmãos, fundamento e propósito da Igreja e da comunidade religiosa. Transmite, em suas atitudes e palavras, a misericórdia de Deus que acolhe a quem sofre, ao pecador que busca perdão e ao marginalizado que sofre exclusão, para torná-lo irmão na Igreja de Jesus Cristo. Transmite a esperança de um futuro que se abre à vida e à plenitude de Deus, como vocação a que somos chamados pelo dom do Espírito Santo.

A dimensão missionária da vida consagrada agostiniana recoleta teve três formas de manifestação, consagradas também nas atuais *Constituições*. A mais

antiga e a primeira delas é a missionária. Entendemos como forma missionária a saída a anunciar o amor de Deus manifestado em Jesus Cristo aos que não o conhecem. Desde as origens da Recoleção, tanto na Espanha, como nas Filipinas, na Colômbia e no Panamá, na primeira etapa de sua história, a saída missionária e evangelizadora que brotava do impulso contemplativo foi parte integral do carisma agostiniano recoleto. A missão não foi traição ao propósito contemplativo da Recoleção, mas forma de expressão das dinâmicas produzidas por uma renovada espiritualidade, que se despojava de todo o supérfluo para centrar a atenção em Deus e em Seu amor manifestado em Cristo.

Podemos considerar isso com clareza muito maior quando, a partir de Aparecida e da *Evangelii gaudium*, se pode ver como um impulso evangelizador autêntico só se sustenta se for constantemente alimentado pelo trato assíduo com o Senhor, a quem encontramos na Sagrada Escritura, especialmente nos Evangelhos, na liturgia, especialmente na Eucaristia e na oração, e no próximo, especialmente no pobre.

A missão evangelizadora tem um propósito fundamental. Compartilhar com o próximo a experiência do encontro com o Senhor, a fim de que também ele encontre a Pessoa que transforma sua vida. Certamente, a missão e a evangelização têm uma parte componente de desenvolvimento humano integral e, a partir da caridade para com o próximo, preocupam-se com ajudá-lo a encontrar a solução para seus problemas e necessidades temporais. Esta é, porém, dimensão derivada e uma consequência da evangelização.

Um perigo real tem sido o de desfocar o propósito da missão ante a constatação das situações de carências temporais básicas e crônicas em que vivem muitas pessoas e comunidades que devemos evangelizar. Essas necessidades visíveis, palpáveis e dilacerantes, podem tornar invisíveis as necessidades profundas e igualmente clamorosas de busca de sentido, de dignidade e de propósito na vida. Em certos casos, chegou-se a pensar que ajudar a aliviar ou a solucionar essas necessidades temporais seria a tarefa principal do esforço da evangelização. Mas não é assim. Os pobres, inclusive os mais pobres, não vivem somente de pão, mas anseiam também por escutar a palavra que sai da boca de Deus e que os dignifica reconhecendo-os como filhos, dá sentido a suas vidas a partir da experiência do amor de Deus e mostra-lhes o propósito de sua existência à luz do chamado e da vocação à vida eterna. E mais: pode-se argumentar que o sentido de dignidade, liberdade e propósito na vida, que vem da evangelização, é precisamente o impulso necessário que dá às pessoas e às comunidades a força de empreendimento e de criatividade para sair da marginalidade e da pobreza.

Esta dimensão missionária será realizada normalmente a partir da paróquia. Tem-se considerado missionária a paróquia cuja maior parte dos habitantes se

encontra pobremente evangelizada, ou vive em área rural, com vias de comunicação elementares e lentas, e recursos materiais limitados ou inexistentes. Hoje em dia, constatamos que as paróquias de áreas urbanas, cujos habitantes pertencem à cultura da globalização, têm de transformar-se, em suas dinâmicas pastorais, e de tornar-se missionárias, pois as pessoas que vivem em seu território desconhecem, em sua maior parte, a Cristo e Seu Evangelho, ou conhecem-n'O muito mal e pobremente.

O *Documento de Aparecida* (370) pede-nos que passemos “de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária”. O modo como descreve a situação das paróquias na América Latina pode ser perfeitamente generalizado a muitos outros lugares do orbe cristão:

O número de católicos que chegam à nossa celebração dominical é limitado; é imenso o número dos distanciados, assim como o número daqueles que não conhecem a Cristo. A renovação missionária das paróquias se impõe, tanto na evangelização das grandes cidades como do mundo rural do nosso continente, que está exigindo de nós imaginação e criatividade para chegar às multidões que desejam o Evangelho de Jesus Cristo. Particularmente no mundo urbano, é urgente a criação de novas estruturas pastorais, visto que muitas delas nasceram em outras épocas para responder às necessidades do âmbito rural (DA 173).

O outro campo da evangelização, na Ordem, é o campo educativo. Dele afirma o Papa Francisco: “As escolas católicas, que sempre procuram conjugar a tarefa educacional com o anúncio explícito do Evangelho, constituem uma contribuição muito válida para a evangelização da cultura” (EG 134). Em maior ou menor medida, a pastoral educativa sucumbiu à pressão da cultura globalizada e o compromisso educativo cedeu às exigências “da produção, da competitividade e do mercado”, a partir de um reducionismo antropológico implícito (cf. DA 328). Entretanto, “quando falamos de educação cristã, entendemos que o mestre educa para um projeto de ser humano em que habite Jesus Cristo com o poder transformador de Sua vida nova” (DA 332).

A comunidade educativa na escola católica é uma comunidade eclesial, cujo impulso evangelizador e missionário é dirigido primeiramente aos alunos, ao corpo docente e administrativo, mas chega também às famílias de todos eles, principalmente às famílias dos alunos. Isso supõe que, à frente da comunidade eclesial educativa, haja pastores e evangelizadores, ministros ordenados, religiosos e leigos imbuídos do espírito missionário que nasce do encontro com o Senhor. A marca de excelência dos colégios a nós confiados não deve ser apenas o êxito acadêmico dos nossos alunos, mas também a capacidade de incidência dos ex-alunos na transformação do mundo profissional, político, econômico e social de acordo com o Evangelho de Jesus Cristo.

## GRAÇA E RESPONSABILIDADE

Construir Igreja, seja a igreja-comunidade, a igreja paroquial, a igreja diocesana ou a Igreja universal, é fruto da diligência e do empenho humano; mas é, sobretudo, fruto da graça e dom de Deus. Quando São Paulo reflete sobre o seu trabalho em Corinto, afirma muito claramente:

Quem é, portanto, Apolo? Quem é Paulo? Servidores, pelos quais fostes levados à fé; cada um deles agiu segundo os dons que o Senhor lhe concedeu. Eu plantei; Apolo regou, mas é Deus quem fazia crescer. Assim, pois, aquele que planta, nada é; aquele que rega, nada é; mas importa somente Deus, que dá o crescimento (1Cor 3, 5-7).

A edificação da Igreja, como a edificação da comunidade religiosa, é obra da graça e do favor de Deus. Todos nós colaboramos e colocamos o que nos cabe, fazemos o maior esforço, mas o fruto não depende de nós. Diferentemente do gerente de uma empresa, cuja eficiência e desenvoltura se medem pelos resultados obtidos, na Igreja, a medida do cumprimento da responsabilidade não se realiza pelos resultados, mas pelo empenho e pela criatividade que se dedicam à obra. O cristão, seja qual for sua missão ou sua vocação na Igreja, deve medir o êxito de seu desempenho, não pelos resultados obtidos, mas pelo grau do esforço e do talento empregado ao executá-lo: “Assim também vós, quando tiverdes cumprido todas as ordens, dizei: ‘Somos simples servos, fizemos apenas o que devíamos fazer’” (Lc 17, 10). Em palavras do Papa Francisco, na *Evangelii gaudium*:

Às vezes, invade-nos a sensação de não termos obtido resultado algum com os nossos esforços, mas a missão não é um negócio nem um projeto empresarial, nem mesmo uma organização humanitária, não é um espetáculo para que se possa contar quantas pessoas assistiram devido à nossa propaganda. É algo de muito mais profundo, que escapa a toda e qualquer medida. Talvez o Senhor Se sirva da nossa entrega para derramar bênçãos noutra lugar do mundo, aonde nunca iremos. O Espírito Santo trabalha como quer, quando quer e onde quer; e nós gastamo-nos com grande dedicação, mas sem pretender ver resultados espetaculares. Sabemos apenas que o dom de nós mesmos é necessário. No meio da nossa entrega criativa e generosa, aprendamos a descansar na ternura dos braços do Pai. Continuemos para diante, empenhemo-nos totalmente, mas deixemos que seja Ele a tornar fecundos, como melhor Lhe parecer, os nossos esforços (EG 279).

Uma atitude assim requer o desenvolvimento da confiança em Deus, que se manifesta na oração. Trata-se da oração que entrega a Deus todo o esforço e o empenho próprio, para que Ele o faça frutificar como quiser. Não somos donos, nem da Igreja, nem da comunidade religiosa. Elas são do Senhor, que saberá guiá-las para a plenitude de vida a que se acham ordenadas.

Eis o sentido mariano da eclesiologia. As *Constituições* referem-se explicitamente à Virgem Maria no artigo quinto do capítulo I, que descreve o carisma e as características próprias da Ordem. Esse artigo não diz tudo, porém, ao restringir-se à simples descrição do significado mariano da Igreja e da comunidade. Vejo esse significado mariano no modo como a Virgem Maria descreve o significado de sua pessoa na obra da salvação, em seu cântico de ação de graças. O cântico desenvolve dois temas. Por um lado, manifesta a consciência

que tinha Maria de estar engajada, de maneira significativa, numa obra de máxima importância para a salvação da humanidade; mas também manifesta sua plena consciência de ser, de si mesma e por si mesma, um puro instrumento, de que não fizera nada, mas que tudo nela tinha sido obra de Deus:

Minha alma engrandece o Senhor, e meu espírito exulta em Deus meu Salvador, porque olhou para a humilhação de Sua serva. Sim! Doravante as gerações todas me chamarão de bem-aventurada, pois o Todo-poderoso fez grandes coisas em meu favor. (...) Depôs poderosos de seus tronos e a humildes exaltou (Lc 1, 47-49.52).

Assim é a Igreja, assim é a comunidade religiosa quando vistas pelo lado humano. Com essa consciência, devemos agir nós, que temos a responsabilidade de guiar a Igreja em qualquer uma de suas realizações, a começar da pequena comunidade até à Igreja universal. A nova evangelização e a reestruturação é fruto da graça e do favor de Deus, que age através do empenho humano responsável, que não pode faltar, mas cujos resultados não se podem prever e predizer de antemão.

#### A ALEGRIA DO EVANGELHO

A alegria é a dimensão afetiva e emotiva da experiência da salvação. A salvação não é uma entelêquia acadêmica, um discurso ilusório, uma promessa inane, um sentimento vazio. Quem encontrou o perdão de seus pecados, o sentido para sua vida, o propósito para suas obras e a consistência para sua esperança através do encontro com o Senhor Jesus, com o amor de Deus e com a fé da Igreja, experimenta a alegria, que é fruto do Espírito Santo. O Evangelho deixa o rastro da alegria em quem o recebe, porque se autentica na alegria de quem dá testemunho dele.

O Papa Francisco apresentou o programa de seu pontificado na Exortação apostólica que intitulou *A alegria do Evangelho*. Ele nos mostra como o Evangelho convida constantemente à alegria e nos pergunta se não estamos dispostos a entrar nessa torrente de alegria que percorre o Novo Testamento (cf. EG 5).

A reestruturação da Ordem, como forma concreta com que assumimos a nova evangelização, tem que ser também um testemunho de alegria, de esperança e de luz para nós e para o mundo. A reestruturação da Ordem deve ter, como fim principal, a vivificação do próprio carisma institucional em cada um de nós, seus membros. Todas as demais reorganizações administrativas terão sua consistência na medida em que surgirem da renovação do carisma institucional e nela se fundarem, coisa que as *Constituições* explicitam no capítulo 1.

Pretendi mostrar neste ensaio, contudo, que nosso carisma não é um postulado esotérico, uma doutrina sectária nem uma proposta caduca, mas corresponde, em seus detalhes, aos elementos básicos e essenciais do projeto da nova

evangelização, tal como se articula nos documentos da Igreja. Essa atualidade de nosso carisma deve-se ao fato de inspirar-se nos ensinamentos de um Padre da Igreja, como Santo Agostinho, que iluminou com sua doutrina todos os movimentos de renovação eclesial nas diversas épocas da história.

Nossa proposta de vida, por ser plenamente eclesial, é totalmente pertinente ao momento atual. Temos como patrimônio próprio os elementos que foram identificados como constitutivos da nova evangelização. Somos chamados, portanto, a ser promotores da nova evangelização, tanto no que se refere à renovação de nossa própria comunidade religiosa, como no impulso que devemos dar-lhe, na grande Igreja, nos ministérios que desempenhamos.

Recuperemos e aumentemos o fervor de espírito, ‘a suave e reconfortante alegria de evangelizar, mesmo quando for preciso semear com lágrimas! (...) E que o mundo do nosso tempo, que procura ora na angústia, ora com esperança, possa receber a Boa-nova dos lábios, não de evangelizadores tristes e descoroçados, impacientes ou ansiosos, mas sim de ministros do Evangelho cuja vida irradie fervor, pois foram quem recebeu primeiro em si a alegria de Cristo’ (EG 10, citando EN 80).

✠ Frei Mario Alberto Molina, OAR  
Arcebispo de Los Altos  
Guatemala



ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS  
INSTITUTO DE ESPIRITUALIDADE E HISTÓRIA